

Procurador confirma que ACM ³⁶⁸ disse ter lista de votos de senadores

*Guilherme Schelb,
porém atribui
declaração do pefelista
a uma "dedução"*

BRASÍLIA – O procurador Guilherme Schelb confirmou ontem, em sessão secreta do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse, durante conversa com representantes do Ministério Público Federal, ter uma "lista" ou "relação" dos votos contrários e a favor da cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão, segundo senadores que participaram da reunião. Mas Schelb atribuiu a declaração de ACM a uma "dedução" sobre a votação tendo como base informações obtidas dos próprios parlamentares. Essa versão foi a mesma apresentada pelo procurador Luiz Francisco de Souza em depoimento no conselho há cerca de 15 dias.

Schelb, no entanto, entrou em contradição com Luiz Francisco ao negar que ACM afirmou, no encontro com os procuradores, que as investigações relativas às movimentações bancárias e às ligações telefônicas de Eduardo Jorge levariam ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo Luiz Francisco, ACM garantiu que, com esse trabalho, se "chegaria" ao presidente. Eduardo Jorge é alvo de investigação do Ministério Público porque teria participado do esquema de desvio de recurso da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Diante das contradições, o relator das investigações no conselho, senador Saturnino Braga (PSB-RJ), pode pedir acareação entre Schelb, Luiz Francisco e a procuradora Eliana Torelly. Os três pro-

curadores participaram da conversa com ACM, ocorrida em 19 de fevereiro, na qual o pefelista teria feito revelações sobre a sessão secreta que aprovou a cassação de mandato de Estevão, em 28 de junho do ano passado.

Schelb foi ouvido pelos senadores durante quase três horas. Eliana Torelly começou a depor às 22h30, mas, até as 23 horas, não havia informações sobre a versão

apresentada por ela. Os dois procuradores prestaram um novo depoimento, porque tinham se recusado a dar detalhes do encontro com ACM aos parlamentares.

O Conselho de Ética é responsável pela análise do caso do suposto envolvimento de ACM na violação do sistema eletrônico de votação do Senado. O pefelista é alvo de investigação por suposta quebra de decoro parlamentar, que pode resultar na cassação de seu mandato. **(Gilse Guedes e Renata Giral-di, especial para o Estado)**

SATURNINO
BRAGA
PODE PEDIR
ACAREAÇÃO